

Franklin Leopoldo e Silva e o ensino de filosofia na educação básica

Eduardo Brandão

USP

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar alguns aspectos das reflexões de Franklin Leopoldo e Silva sobre a presença da filosofia na educação básica no Brasil. Nesse intento, também analisaremos algumas considerações suas sobre o ideal de formação no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino; filosofia; educação básica; formação.

ABSTRACT

The objective of the article is to present some aspects of Franklin Leopoldo e Silva's reflections on the presence of philosophy in basic education in Brazil. In this attempt, we will also analyze some of his considerations about the ideal of education in higher education.

KEY WORDS

Teaching; philosophy; basic education; education.

Meu objetivo aqui é retomar, rapidamente, alguns aspectos que podem ser levantados a partir de alguns textos que, entre os anos 80 e 2000, Franklin Leopoldo e Silva dedicou à análise do ensino de filosofia – particularmente, pensando em sua presença na educação básica. Mas essa preocupação do autor, como veremos ao final, insere-se na mesma linha em que reflete sobre a universidade; o que é coerente, uma vez que ambas as instâncias da educação – básica e superior – envolvem situações de ensino de filosofia e a presença dela. Trata-se assim de uma reflexão ampla, e que oferece elementos valiosos para pensarmos nossa atuação como professores – de filosofia e de outras disciplinas também. Eu me limitarei aqui à abordagem de dois aspectos dessa reflexão: mais rapidamente, das relações entre história da filosofia e filosofia, e, um pouco mais detidamente, sobre o modo como o ensino da filosofia na educação básica é visto a partir de seu papel formativo.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar os momentos em que esses textos foram elaborados. Os primeiros que tomo como referência são de 1986 (oriundos da coletânea *O ensino de filosofia no segundo grau*) e o último artigo foi publicado na revista *Transformação*, em 2002. Trata-se de uma reflexão que se dá no momento em que a filosofia voltava a ser introduzida no currículo da educação básica. Não será então por acaso que nesse período encontraremos uma série de considerações sobre qual deve ser o caráter da disciplina no então segundo grau (hoje ensino médio).

Uma consideração que encontramos no texto *História da filosofia: centro ou referencial* (1986b) é a discussão, central para o ensino de filosofia (em qualquer nível e a qualquer tempo), da relação entre filosofia e história da filosofia. Franklin Leopoldo e Silva vai sustentar a inseparabilidade entre elas. No seu entender, a filosofia é histórica em sua constituição, no modo em que ela é feita:

A filosofia como saber é tão imanente à sua própria história que não podemos sequer chegar a determinar, com alguma esperança de rigor, uma direção formadora de um corpo teórico, que representasse a filosofia num determinado momento de seu desenvolvimento. Isto significa que o ensino da filosofia recorre à história da filosofia de maneira bem diferente do que se faz no ensino de ciências. Isto ocorre porque não existe, no mesmo sentido da ciência, um estado atual da filosofia, para a compreensão do qual fosse necessário recorrer à história, porém unicamente para mostrar uma direção determinada de progresso ou desenvolvimento, que, com mais ou menos percalços epistemológicos, teria redundado numa situação a partir da qual fosse possível adentrar a ciência. Sendo assim, ou seja, não havendo uma situação atual da filosofia, o recurso à história ganha uma dimensão muito mais significativa: a filosofia é, de alguma maneira, a sua história, na medida em que os conceitos forjados numa determinada época, herdados e transfigurados pela posteridade, não podem ser entendidos

como aquisições no curso de um desenvolvimento científico, mas sucessivas retomadas, que somente podem ser compreendidas se devidamente contextualizadas em cada sistema ou em cada autor (Silva, 1986b, p. 154).

Esse aspecto, central para o ensino de filosofia, das suas relações com sua história, encontra nessa posição de Franklin Leopoldo e Silva uma importante orientação, posto que frequentemente é necessário justificar – para os alunos, para nós mesmos, professores – o fazer filosófico através da história da filosofia. Esse tema se repete num texto de 2002, *História da filosofia, formação e compromisso*, que vincula o aspecto histórico da filosofia à noção de *formação*. Esta noção – que permeia todas as considerações de Franklin Leopoldo e Silva sobre a universidade – acaba norteando também outro vetor de análise do autor sobre a presença da filosofia na educação básica. A ideia de formação nesse contexto aparece sobremaneira desenvolvida em um texto de 1992 intitulado *Por que filosofia no segundo grau*. Destacarei alguns de seus trechos buscando estabelecer alguns pontos que me parecem centrais. Trata-se no texto de discutir e de se entender – como o título claramente indica – a razão de se ter filosofia no então segundo grau, hoje ensino médio. Franklin Leopoldo e Silva nota o que chama de uma função da filosofia:

A Filosofia tem uma função de articulação cultural e, ao desempenhá-la, realiza também a articulação do indivíduo enquanto personagem social, se entendermos que o autêntico processo de socialização requer a consciência e o reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo (*Id.*, 1992, p.163).

É nesse quadro que a filosofia encontra seu lugar e sua especificidade na educação básica. O educando encontra na filosofia uma disciplina que, por sua constituição, pode lhe facultar o acesso à compreensão de sua posição na sociedade e no mundo: seu aspecto inquiridor (com Bergson, Leopoldo e Silva nota que a filosofia é um exercício de elaboração de questões) e a sua estrutura que poderíamos chamar de autoproblematizante, na medida em que ela tem a característica de investigar seus próprios procedimentos, colocam a filosofia numa espécie de centro da formação do indivíduo. Se, conforme Leopoldo e Silva, “[a] formação se caracteriza pelo adequado entrelaçamento da aquisição de habilidades técnicas de elaboração e identificação, de um lado, e o reconhecimento da gênese e fundamento dos procedimentos aplicados” (Ibidem, p. 159), a filosofia pode ocupar um lugar de destaque nesse processo, e isso determina também sua especificidade na educação básica, indicando ao mesmo tempo a orientação de seu currículo e suas características como uma disciplina específica:

A adequada relação entre currículo e formação deveria se traduzir na constituição de uma base cultural para compreensão do significado do processo educativo enquanto parte integrante da dinâmica de socialização. A relação mediata entre escola e sociedade, a consciência que educandos e educadores devem ter dessas mediações é condição para a aquisição de instrumentos básicos para vivenciar um processo crítico de socialização, principalmente para uma inserção autêntica no mundo do trabalho. A pluralidade curricular só pode ser adequadamente compreendida com a introdução da problemática do valor do conhecimento e das condições de recepção e elaboração de valores éticos (Ibidem, p. 161).

Esse *locus* privilegiado de formação dos alunos não retira da filosofia sua especificidade como disciplina no ensino médio. É enquanto tal que ela, inserida na grade curricular, pode cumprir seu papel central na formação que é objetivada no processo educacional:

No que diz respeito à Filosofia enquanto disciplina ministrada no Segundo Grau, entendemos que ela tem um acervo próprio de questões, uma história que a destaca suficientemente das outras produções culturais, métodos peculiares de investigação e conceitos sedimentados historicamente. O fato de constituir-se a história da Filosofia num percurso sem progresso não afeta em nada o peso cultural dos sistemas que se sucederam e que coexistem como diferentes formações teóricas sem que se configure qualquer superação. Existe, portanto, um lado pelo qual a Filosofia ocupa na estrutura curricular uma posição análoga a qualquer outra disciplina: há o que aprender, há o que memorizar, há técnicas a serem dominadas, há, sobretudo, uma terminologia específica a ser devidamente assimilada. Não devemos nos iludir com o adágio “não se aprende filosofia”, algo que pode levar a um comodismo ou a uma descaracterização da disciplina. O que a Filosofia tem de diferente das outras disciplinas é que o ato de ensiná-la se confunde com a transmissão do estilo reflexivo, e o ensino da Filosofia somente logrará algum êxito na medida em que tal estilo for efetivamente transmitido. No entanto, isto ocorre de forma concomitante à assimilação dos conteúdos específicos, da carga de informação que pode ser transmitida de variadas formas. O estilo reflexivo não pode ser ensinado formal e diretamente, mas pode ser suficientemente ilustrado quando o professor e os alunos refazem o percurso da interrogação filosófica e identificam a maneira peculiar pela qual a Filosofia constrói suas questões e suas respostas (Ibidem, p. 163).

Esse breve quadro que tracei aqui me parece suficiente para ilustrar dois dos pontos a que me referi no início presentes no interior da reflexão de Franklin Leopoldo e Silva sobre o ensino de filosofia: a relação entre filosofia e história da filosofia e o caráter formador da disciplina. Essas são preocupações perenes para quem ensina filosofia, e repõem-se cotidianamente na prática docente.

Como já dissemos, essas reflexões foram feitas num outro momento da história do país, e por isso também carregam, para além daquilo que nelas é perene, preocupações oriundas justamente da época em que surgiram. Assim, no texto *Filosofia e educação*, de 1986, Franklin Leopoldo e Silva nota que a filosofia não deve ser considerada como uma espécie de remédio para o ensino técnico, que era uma das características da reforma do ensino perpetrada pela ditadura militar. Naquele momento Franklin Leopoldo e Silva percebia as carências da educação básica e as dificuldades para a filosofia, digamos, cumprir sua missão no ensino médio. Sem desprezar o ensino profissionalizante, que tem sua razão de ser e sua importância na sociedade, o texto aponta para os desafios que o retorno da filosofia na educação básica traria então. Mas com o correr do tempo, essa tensão entre o ensino técnico e o caráter da educação formadora da cidadania, longe de se acomodar em um lugar que a diluísse e ajustasse as duas modalidades de ensino, mantém-se mesmo com o, digamos, fim da ditadura militar. O ensino da filosofia e das humanidades mantém-se na linha de tiro. Escreve Franklin Leopoldo e Silva em *Por que filosofia no segundo grau*, em 1992:

O imediatismo tecnocrata encoraja a alienação por motivos de eficiência profissional; o oportunismo político encoraja a alienação para neutralizar o potencial de conflito inerente à cidadania consciente. Em suma, a Filosofia é um fardo para um sistema educacional balizado por parâmetros de treinamento e aferição quantitativa de rendimentos e retornos. Mesmo nas universidades, o núcleo de humanidades, e especialmente a Filosofia, é visto muitas vezes apenas como pesada e incômoda herança do passado. Mas, tendo em vista a indignância da atualidade, o arcaísmo pode ser uma virtude. Sobre tudo se necessitamos de precauções que nos lembrem que o processo escolar de socialização não deve ser entendido como adaptação e ajuste de pessoas como de peças numa máquina, mas sim como realização plena do significado do trabalho pedagógico, que não é outra coisa senão a arte de conduzir o próximo à sua própria emancipação (Ibidem, p. 165).

Nesses textos de discussão sobre o lugar e as características do ensino de filosofia no então segundo grau reverberam, como já chamamos a atenção, as reflexões de Leopoldo e Silva sobre a universidade, particularmente a USP. Ele produziu, como é sabido, um conjunto robusto de escritos sobre o processo formativo das universidades, o lugar das humanidades – e particularmente da filosofia – no interior das instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas.

De um lado, a noção de formação ocupa um lugar central nesse outro grupo de textos (cf., por exemplo, Pesquisa e formação [2002b]; História da filosofia, formação e compromisso [2002a]; A perda da experiência da formação na universidade

contemporânea [2001]; entre outros). Neles, ela é pensada na interface entre conhecimento, sociedade e universidade. Dentro desse quadro, Leopoldo e Silva retoma um lugar social e epistemológico da filosofia que existiu por vários séculos, onde ela ocupava a posição central no processo do conhecimento, operando como seu núcleo sustentador, mas que nos séculos mais recentes é recusado pela marcha do saber e da técnica a ele associada. Esse aspecto formador da filosofia, essa sua centralidade perdida norteia, em boa medida, o modo como Franklin Leopoldo e Silva pensa a filosofia na educação básica, quando então seu ensino a ser iniciado (e, portanto, ainda por ser concebido) poderia – e mesmo deveria – recuperar essa posição tradicional da filosofia.

Como pudemos notar, isso não foi proposto ingenuamente. Plenamente ciente das dificuldades que, na sociedade, a filosofia e os filósofos enfrentam (cf., por exemplo, a *Função social do filósofo*, de 1986)¹ e com o percurso nacional de constituição das universidades brasileiras em foco, Franklin Leopoldo e Silva tem sempre no horizonte as dificuldades que as humanidades enfrentam em *qualquer* nível da educação. Tome-se, por exemplo, suas análises sobre a concepção e a fundação da USP. Se o ideal formativo da filosofia e das humanidades foi um pilar do projeto de constituição da universidade, no qual essa área do saber cumpria o papel de ponto de convergência e sustentação do conhecimento buscado na instituição, ele também rapidamente passou a ser questionado e afastado pelas outras áreas, a partir do próprio desenrolar desse processo, a ponto de Franklin Leopoldo e Silva constatar a perda da noção de formação numa universidade burocratizada e técnica, onde a produtividade e os resultados rápidos ditam o ritmo e o formato da produção dos saberes. Esta experiência, fartamente analisada nos textos do autor, ecoa na sua compreensão da inserção do ensino de filosofia na educação básica: se por um lado a filosofia e as humanidades em geral podem – e devem – ter um papel central na formação do aluno, por outro este papel está constantemente ameaçado e questionado por outros interesses que sempre rondam a educação – econômicos e políticos, por exemplo. Desse modo, no então retorno da filosofia à educação básica Franklin recolocava na filosofia a mesma possibilidade formativa que orientara a fundação da Universidade de São Paulo (uma característica intrínseca da disciplina), ao mesmo tempo em que alertava para os perigos do sequestro da educação por interesses que, fatalmente, implodiram essa orientação natural da filosofia e das humanidades. Nossas questões sobre o ensino de filosofia, hoje, passam por outro momento. Mas, como vimos, as reflexões de Franklin Leopoldo e Silva, feitas há mais de 20 anos,

¹ Esse texto foi publicado originalmente em 1986 nos cadernos *Cenp*. A edição que usamos neste artigo é de 1993.

permanecem um guia precioso para nos orientarmos nesses tempos tão difíceis, nos quais, em nosso país, o ensino (o público, principalmente – e não apenas o de filosofia) está sendo ainda mais atacado nos últimos anos, com a conivência de vários governos – inclusive o atual, infelizmente. Para encerrar, podemos pensar, com Franklin Leopoldo e Silva, que esse quadro é reflexo de um processo de formação que se vislumbra na educação, mas que nunca se instala pelas dificuldades que sempre lhe são impostas. E mesmo onde ele surgiu com mais força – por exemplo, na universidade pública – também não persiste, e parece numa experiência cujo traço principal é, justamente, a sua perda.

Bibliografia

- Leopoldo e Silva, F. (1986a). “Filosofia e educação”. In: Henrique Nielsen Neto. *O Ensino da Filosofia no 2º Grau*. São Paulo: SEAF/Sofia, p. 111-114.
- _____. (1986b). “História da filosofia: centro ou referencial”. In: Henrique Nielsen Neto. *O Ensino da Filosofia no 2º Grau*. São Paulo: SEAF/Sofia, p. 153-162.
- _____. (1992). “Por que filosofia no segundo grau?”. *Estudos Avançados* 6(14), p. 157-166.
- _____. (1993a). “Função social do filósofo”. In: Paulo Arantes et alii. *A filosofia e seu ensino*. São Paulo: Educ, p. 9-22.
- _____. (1993b). “Currículo e formação: o ensino de filosofia”. *Síntese* 20(63), p. 797-806.
- _____. (2001). “A perda da experiência da formação na universidade contemporânea”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 13(1), p. 27-37.
- _____. (2002a). “História da filosofia, formação e compromisso”. *Transformação*, 25, p. 7-18.
- _____. (2002b). “Pesquisa e formação”. *Plural (USP)*, 9, p. 213-224.